V ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO AMBIENTAL, AGRÁRIO E SOCIOAMBIETALISMO II

JOSÉ FERNANDO VIDAL DE SOUZA

NIVALDO DOS SANTOS

NORMA SUELI PADILHA

Copyright © 2022 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI
Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina
Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - UNIVEM/FMU – São Paulo
Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará
Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul
Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio – Rio de Janeiro
Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR – Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade – UNIMAR/FEPODI – São Paulo

Conselho Fiscal:
Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara – ESDHC – Minas Gerais
Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM – Rio de Janeiro
Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho – Ceará
Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS – Sergipe
Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR – São Paulo
Secretarias
Relações Institucionais:
Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes – UNB – Distrito Federal
Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM – São Paulo
Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie – São Paulo
Comunicação:
Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali – Rio Grande do Sul
Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB – Paraíba
Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC – Santa Catarina
Relações Internacionais para o Continente Americano:
Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA – Bahia
Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM – Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA – Maranhão
Relações Internacionais para os demais Continentes:
Prof. Dr. José Barroso Filho – ENAJUM
Prof. Dr. Rubens Beçak - USP – São Paulo
Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba – Paraná
Eventos:
Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec – Minas Gerais
Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC – Paraná
Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS – Mato Grosso do Sul

Membro Nato – Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UMICAP – Pernambuco

D597

Direito ambiental, agrário e socioambientalismo II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: José Fernando Vidal De Souza; Nivaldo Dos Santos; Norma Sueli Padilha – Florianópolis: CONPEDI, 2022.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-65-5648-499-0
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: Inovação, Direito e Sustentabilidade

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direito ambiental. 3. Socioambientalismo. V Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2022 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34

CONPEDI

Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

V ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO AMBIENTAL, AGRÁRIO E SOCIOAMBIETALISMO II

Apresentação

APRESENTAÇÃO

A presente obra que ora temos a honra de apresentar é fruto de mais um evento patrocinado pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI), que reúne os pesquisadores da área do Direito e organiza os maiores eventos acadêmicos ligados à Ciência Jurídica.

Os artigos são oriundos do V Encontro Virtual do CONPEDI, com o tema central: Inovação, Direito e Sustentabilidade realizado nos dias 14 a 18 de junho de 2022, sob os auspícios da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Ainda em decorrência da pandemia da COVID-19, que marcou uma crise, sem precedentes, na área de Saúde no Brasil, o evento foi realizado de forma virtual, por meio de um conjunto de ferramentas que permitiram a exibição de palestras, painéis, fóruns, assim como os grupos de trabalhos tradicionais e apresentações semelhantes àquelas utilizadas durante os eventos presenciais, mas desta feita por meio da plataforma RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa), tudo após grande esforço da comissão organizadora do evento.

Os professores ora signatários ficaram responsáveis pela Coordenação do Grupo de Trabalho intitulado Direito Ambiental, Agrário e Socioambietalismo II e pela organização desta obra.

Assim, no dia 18 de junho de 2022, dezoito artigos ora selecionados foram apresentados e defendidos pelos seus autores, após avaliação feita por pares, pelo método double blind review, pelo qual cada artigo é avaliado por dois pareceristas especialistas na área com elevada titulação acadêmica, foram apresentados oralmente por seus autores e, como forma de dar publicidade ao conhecimento científico, compõem o presente livro.

A presente obra se inicia com o artigo “A importância da mulher do campo para a agroecologia no Brasil de Maria Cecília de Moura Mota e Maraluce Maria Custódio que examina os principais aspectos que cercam a agroecologia, discorrendo sobre a inserção da mulher nesse novo modelo de interação entre a produção de alimentos e a sustentabilidade no Brasil.

Depois, o artigo de Renata Sanchez Guidugli Gusmão “A justiça restaurativa aplicada às questões ambientais: estudo dos danos ambientais na cidade de Cubatão – Ação Civil Pública Ambiental e o Termo de Ajustamento de Conduta” trata da justiça restaurativa como modelo de transformação social, com aplicação em diversas ambiências, e suas práticas podem ser eficazes para solução de diversos conflitos, incluindo também a área ambiental, a partir da análise da ação civil pública de Cubatão, que levou 30 (trinta) anos para ser julgada, demonstrando a ineficácia da judicialização de conflitos ambientais.

Em seguida, João Antônio Sartori Júnior apresenta o artigo “A função social registral como instrumento de efetivação dos direitos ambientais”, que analisa a função social nos dias, como instrumento de efetivação dos direitos e suas implicações na proteção dos direitos ambientais, destinados a garantir a publicidade, autenticidade, segurança jurídica e eficácia dos atos jurídicos.

Logo na sequência, em “Desenvolvimento sustentável e bem viver: diálogos entre a Agenda 2030 e as Cartas das mulheres negras e indígenas ao Estado Brasileiro”, Liz Elainne de Silvério e Oliveira Mendes, Marina Macedo Oliveira e Maurides Batista de Macedo Filha, trata dos conceitos de bem viver, previsto na Carta das Mulheres Negras e na Carta das Mulheres Indígenas ao Estado Brasileiro, e desenvolvimento sustentável, inserido na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, com o propósito de tencionar essas concepções de direitos humanos no que diz respeito à igualdade de gênero e à ação climática.

Ato contínuo, Heloise Siqueira Garcia e Denise S. S. Garcia apresentam o artigo “Debatendo sobre a Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável: uma análise a partir dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável”, no qual examinam os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, que não devem ser tratados como sinônimos, além da compatibilidade de tais conceitos com os ODS. Ao final, no entender das autoras, os ODS estão alicerçados nos critérios de sustentabilidade.

Em “Da necessidade de averbação imobiliária do passivo ambiental relativo à contaminação dos solos”, Thiago de Miranda Carneiro e Ricardo Tadeu Dias Andrade buscam demonstrar a necessidade de averbação, no registro de imóveis, de informações relativas a restrições ambientais, como a contaminação dos solos, a fim de resguardar futuros possuidores e adquirentes da propriedade, contra danos causados por titulares anteriores.

No sétimo artigo intitulado Da (im)possibilidade de retificação administrativa, para incorporação de área, do registro de imóveis indígenas”, Thiago de Miranda Carneiro examina se a retificação administrativa de medidas de áreas imobiliárias, que eventualmente

resulte em incorporação de terreno, pode ser aplicada a terras indígenas adquiridas com medidas perimetrais incorretas. A hipótese levantada é favorável, por ser, o direito indígena, transindividual e de grupo vulnerável.

Depois, em “Breves reflexões sobre as mudanças climáticas e a responsabilidade estatal”, Mírian Barreta Palla enfatiza que as mudanças climáticas não podem mais ser consideradas como previsões ou eventos futuros, eis que suas consequências nocivas já são sentidas pelas comunidades, notadamente as que apresentam vulnerabilidade em outros aspectos, como econômicos, sociais e estruturais, agravando, ainda mais, a desigualdade.

O nono artigo de Luan Gaspar Santos e Deise Marcelino da Silva, “A Política Nacional de Irrigação e a disponibilidade hídrica: novas tecnologias na mitigação de impactos ambientais e na proteção da água” examinam a água como recurso natural essencial à sobrevivência humana e imprescindível em processos produtivos, em especial do agronegócio, em que a prática da irrigação é ferramenta para garantia e aumento de produtividade.

O décimo artigo de Gabriela Porto Siqueira e Silvio Bitencourt da Silva, “A teoria dos custos de transação na coordenação dos sistemas agroindustriais”, estudam o panorama dos custos de transação, as tecnologias digitais e as suas implicações na coordenação dos sistemas agroindustriais.

O décimo primeiro artigo “A padronização ambiental como ferramenta para a governança ambiental global” de Maria Isabel Leite Silva de Lima trata da governança ambiental global e da padronização ambiental privada, direcionada a empresas conforme os preceitos da sustentabilidade, destacando a importância da ISO da família 14000 sobre sistemas de gestão ambiental.

Depois, Eid Badr e Elaine Rodrigues Jerônimo Silva apresentam o artigo “Análise do serviço amazônico de ação, reflexão e educação socioambiental da ordem dos jesuítas do Brasil à luz da Política Nacional de Educação Ambiental” cuida da atuação do Serviço Amazônico de Ação, Reflexão e Educação Socioambiental (SARES), em 2021, à luz da Política Nacional de Educação Ambiental.

O artigo “A tese do “marco temporal” como parâmetro para a demarcação de terras indígenas no Brasil e o papel da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CORTEIDH) de Elias José de Alcântara, Edson Rodrigues de Oliveira e Rodrigo Romano Torres aborda o problema da demarcação das terras indígenas no Brasil, tendo como referência a análise da tese do “Marco Temporal”, a partir da análise do processo de demarcação das terras

tradicionais pelo Povo Indígena Xokleng, que se encontra em curso no Supremo Tribunal Federal, bem como à luz da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

O décimo quarto artigo "A possível inserção do delito de ecocídio no estatuto de Roma e o Princípio da Legalidade Penal" de Sébastien Kiwonghi Bizawu e Rodrigo Romano Torres examina a importância do reconhecimento do ecocídio como crime contra o meio ambiente e suscetível de inserção no Estatuto de Roma para coibir a impunidade em face dos danos ambientais irreversíveis.

O décimo quinto artigo de Renatto Pereira Mota e José do Carmo Alves Siqueira de "A regularização fundiária versus reforma agrária e o valor da terra nua" analisa se a Regularização Fundiária é contrária à Reforma Agrária e se o Valor da Terra Nua – VTN, poderá ou não favorecer à desestruturação fundiária brasileira, quando da titulação administrativa.

Depois, em "A responsabilidade civil ambiental punitiva no naufrágio de navios cargueiros" Raphael de Abreu Senna Caronti e Elcio Nacur Rezende analisam a evolução da responsabilidade civil, passando pela responsabilidade civil ambiental, para chegar na reponsabilidade civil em naufrágios de navios mineradores, por meio do estudo de caso envolvendo a Vale do Rio Doce e a Polaris Shipping.

Outrossim, em "A sustentabilidade como responsabilidade socioambiental na institucionalização de contratações públicas", Ivone Oliveira Soares, Flavio Henrique Rosa e Ulisses Espartacus de Souza Costa tratam da sustentabilidade nos processos licitatórios, bem como das cláusulas nos editais licitatórios voltadas para a aquisição de bens, serviços e obras, que envolvam a sustentabilidade.

Por fim, em "Notas sobre a regulamentação do mercado de crédito de carbono no Brasil", Álvaro Amaral de França Couto Palma de Jorge estuda o mercado de crédito de carbono no Brasil, a partir da leitura dos acordos das Nações Unidas, da redução progressiva de emissão de gases de efeito estufa (GEEs), especialmente o gás carbônico (CO2) e os principais pontos do Projeto de Lei (PL) no 528/2021, atualmente em discussão no Congresso Nacional.

Com a presente apresentação, desejamos a todos uma prazenteira e tranquila leitura.

Prof. Dr. José Fernando Vidal de Souza – Universidade Nove de Julho - UNINOVE

Profª. Dra. Norma Sueli Padilha - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof. Dr. Nivaldo dos Santos – Universidade Federal de Goiás - UFG

A CRISE DA RELAÇÃO METAFÍSICA-HISTÓRICA HUMANA COMO CAUSA DOS PROBLEMAS DA SUSTENTABILIDADE

THE CRISIS OF THE HUMAN METAPHYSICAL-HISTORY RELATIONSHIP AS A CAUSE OF SUSTAINABILITY PROBLEMS

Josemar Sidinei Soares [1]
Maria Claudia da Silva Antunes De Souza [2]

Resumo

O artigo objetiva demonstrar que as crises de diversas naturezas enfrentadas pela humanidade têm origem na crise humana. A pesquisa contribui ao destacar que os indivíduos perderam a conexão entre a dimensão metafísica e histórica de sua existência. O descaso com a natureza, com os animais e com o homem são sintomas da desconexão com a lógica da vida, servindo de entraves da sustentabilidade Como resultado, as mudanças dos paradigmas da modernidade retiraram da humanidade o esteio filosófico, político e ético que orientou o pensamento científico e comum durante mais de dois séculos. Adotou-se o método dedutivo.

Palavras-chave: Metafísica, História, Ontologia, Sustentabilidade, Crise

Abstract/Resumen/Résumé

The article aims to demonstrate that the crises of different natures faced by humanity have their origin in the human crisis. The research contributes by highlighting that individuals have lost the connection between the metaphysical and historical dimension of their existence. The disregard for nature, animals and man are symptoms of the disconnection with the logic of life, serving as obstacles to sustainability As a result, the changes in the paradigms of modernity removed from humanity the philosophical, political and ethical mainstay that guided the scientific and common thought for more than two centuries. The deductive method was adopted.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Metaphysics, Story, Ontology, Sustainability, Crisis

[1] Doutor em Filosofia pela UFRGS. Mestre em Educação pela UFSM e em Ciência Jurídica pela UNIVALI. Professor no programa de pós-graduação stricto sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI. E-mail: jsoares@univali.br.

[2] Doutora e Mestre em Derecho Ambiental y de la Sostenibilidad pela Universidade Alicante – Espanha, Professora Permanente no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica– UNIVALI. Advogada; e-mail: mclaudia@univali.br.

INTRODUÇÃO

A humanidade está em crise! É verdade que, em um primeiro momento, isso pode soar como uma frase de efeito dramático. Tanto considerando nossas experiências subjetivas quanto das informações com as quais somos bombardeados diuturnamente, é praticamente impossível negar sua veracidade. Contudo, a situação é tão grave que somos compelidos a tentar limitar o escopo do enunciado para podermos formular qualquer raciocínio a seu respeito.

De *qual* crise estamos falando, afinal? Seria dos conflitos bélicos que estão ocorrendo ao redor do mundo? Das crises políticas e econômicas que abalam a organização interna de certos países e do cenário internacional na totalidade? Da crise humanitária enfrentada por determinados povos e regiões? Das crises sociais decorrentes de questões étnicas, morais, religiosas? Da crise sanitária causada pela COVID-19 e dos efeitos adversos que vieram em sua esteira?

Certamente poderíamos seguir listando os problemas complexos e urgentes que se impõe às nossas sociedades e não faltariam itens a serem analisados pelos especialistas das mais diversas áreas do conhecimento. Cabe nos elaborar uma pergunta ainda mais elementar: por que não estamos conseguindo oferecer respostas eficientes para superação dessa espécie de crise generalizada que afeta tantas dimensões de nossas vidas individuais e coletivas, apesar de todos os recursos científicos e tecnológicos que temos ao nosso dispor? Essa é a questão que servirá como para a reflexão a ser desenvolvida ao logo do presente estudo. Em razão disso é que se **justifica e delimita** a presente pesquisa.

Nesse cenário, a pesquisa tem por **objetivo** demonstrar que as crises de diversas naturezas enfrentadas pela humanidade têm origem em uma crise profunda, considerando a crise humana.

Primeiramente, argumentaremos que todas as crises vivenciadas pela humanidade têm raiz em uma crise muito mais profunda, sendo a crise do *ser humano*. Não sabemos mais quem somos, nem entendemos o sentido de nossa existência a partir de nós mesmos. Isso nos deixa desorientados, impossibilitando de estabelecer relações saudáveis com os demais e com o ambiente que nos cerca.

Na sequência, explicitaremos o caráter ético e ontológico do problema. Por perdermos a conexão com nossa dimensão metafísica, não conseguimos mais encontrar um critério adequado para orientar nosso agir na história funcionalmente. Depois, discorreremos

sobre a ascensão das ciências positivistas modernas e o consequente declínio da investigação metafisica sobre o mundo.

Dando continuidade ao debate, utilizaremos a crise ecológica como exemplo específico capaz de demonstrar a correlação feita como proposta inicial do artigo. Por fim, aprofundaremos ainda mais o problema da desconexão entre a dimensão histórica e a dimensão metafísica de nossa existência, concluindo ser necessária uma nova pedagogia capaz de formar indivíduos íntegros, para assim termos sociedades também íntegras.

Para desenvolvimento desta pesquisa, foi adotado o **método dedutivo.** A partir de uma revisão histórica, bibliográfica e conceitual da literatura pertinente ao tema, explicitaremos as correlações entre os fatos e conceitos apresentados, de modo a demonstrar a plausibilidade lógica de nosso argumento central.

1 A CRISE HUMAMA COMO CRISE DA HUMANIDADE

Na obra "*A Dialética do Esclarecimento*", os pensadores Theodor Adorno e Max Horkheimer levantaram uma questão desconcertante: como aquela "razão esclarecida" que teria imergido no iluminismo renascentista foi capaz produzir fenômenos tão bárbaros quanto as grandes guerras e os regimes totalitários, como o nazismo e o fascismo? Em outras palavras, porque a "vitória da razão" que caracterizou a transição da Idade das Trevas para o Século das Luzes não nos levou a uma real evolução humana, mas sim a uma "calamidade triunfal" (1985, p. 19)?

Ainda que esses conflitos e regimes específicos tenham chegado ao fim, o verdadeiro dilema subjacente à questão segue atual. O progresso contínuo e exponencial da ciência e da técnica nos coloca, ao menos teoricamente, sempre no ápice do potencial[1] racional de nossa espécie. A razão, enquanto faculdade cognitiva, nunca esteve tão bem provida de ferramentas externas capazes de potencializar seu desenvolvimento e funcionamento. Mesmo assim, não há evidências de que estejamos caminhando na direção de uma saída para aquele estado de crise citado na introdução. Em vez disso, ele parece estar se agravando cada vez mais.

Ou seja, continuamos no caminho da calamidade apontado pelos filósofos alemães, ainda que as ameaças agora sejam de natureza distinta. A poderosa razão moderna, apesar de cada vez mais eficiente de um ponto de vista instrumental, segue impotente diante da missão nos elevar a um "estado verdadeiramente humano" (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p.

[1] O uso do termo "potencial" é bastante relevante. Ainda que, em termos potenciais, estejamos no ápice, isso não significa que estamos transformando esse potencial em ato, conforme argumentaremos ao longo deste trabalho.

11). Por isso, quando dissemos que a humanidade está em crise, não nos referimos à nenhuma das crises enfrentada pela sociedade, mas da crise própria humanidade.

Aqui cabe uma distinção importante: quando empregamos o termo humanidade, podemos estar nos referindo ao conjunto de seres da espécie humana ou à condição de *ser humano*. Neste segundo caso, não se trata apenas de um problema taxonômico acerca das características biológicas que definem a espécie *Homo sapiens*, mas daquela condição que serve como sentido orientador de nossa existência. Somos humanos por isso, precisamos viver vidas humanas. O que é uma *vida humana*? Eis a questão!

Se uma abelha conseguisse responder à pergunta pelo sentido de sua existência, talvez respondesse que este é construir e manter a estrutura da colmeia, ou buscar pólen para a produção de mel, ou proteger a rainha, ou realizar a reprodução espécie, etc. Todas essas funções, no entanto, estão condicionadas à sua condição de *ser abelha*. Ela é um indivíduo que existe *em função* de sua natureza. Não seria lógico pensarmos que o sentido da existência de um leão, por exemplo, também pudesse ser a construção de colmeias ou a produção de mel, pois isso não pertence à natureza do leão.

No entanto, ainda que não sejam conscientes de suas respectivas naturezas, um leão jamais tentaria produzir mel, da mesma forma que uma abelha não tentaria caçar um antílope. Os demais animais agem conforme a lógica da vida instintivamente e acrítica. Se, por um lado, isso impõe grandes limites à sua existência (uma abelha só pode ser abelha de alguns poucos modos — operária, rainha, zangão, etc. — e o modo de cada indivíduo da espécie não é objeto da escolha deste, mas de uma predeterminação natural), essa limitação também lhes blinda do dilema inerente à necessidade de entender o que são e *decidir* entre os diversos modos possíveis de ser o que quer que sejam.

Graças à faculdade da razão, os humanos são os únicos seres capazes de compreensão e deliberação acerca de seu ser e de seu agir no mundo. Por isso, também somos capazes de *autodeterminação*. Ainda que tenhamos instintos importantes, aos quais certamente devemos ouvir, não somos determinados por eles. Com efeito, podemos até mesmo ignorá-los ou agir em sentido totalmente contrário ao que eles nos impelem. O que determina definitivamente a ação humana é nosso livre arbítrio.

> Portanto, além da vontade natural, há outra vontade denominada por Hegel de arbítrio (*Willkür*). O arbítrio é o poder de escolha da vontade, a possibilidade do Eu determinar-se por este ou aquele conteúdo, de escolher entre as determinações que lhes são exteriores. (SOARES, 2018, p. 148)

Além disso, podemos criar mecanismos para interferir e manipular o mundo natural. Não produzimos mel através de nosso corpo, mas conseguimos desenvolver técnicas para manejo das abelhas que possibilitam a obtenção desse alimento. Não podemos voar como os pássaros, mas criamos o avião para poder cruzar os céus. Não há como respirarmos embaixo da água como os peixes, mas temos submarinos e equipamentos de mergulho ao nosso dispor. O horizonte de percursos existenciais possíveis ao humano parece ser quase ilimitado — e justamente essa pode ser a causa tanto de nosso triunfo quanto de nossa decadência.

A possibilidade de autodeterminação abre um imenso leque de possibilidades para nossa realização individual e coletiva, mas também nos coloca diante de uma responsabilidade de igual proporção: cabe a nós mesmos estabelecer o critério que utilizaremos para (conduzir) as escolhas que nos determinam, bem como aquilo que almejamos alcançar através delas. Esse é o desafio existencial que todo humano tem diante de si, porém do qual nem sempre tem clareza, e poder lhe gerar uma angústia extrema.

Ainda que não sejamos conscientes disso, como seres viventes, nós estamos sempre sendo chamados à ação. De acordo com Meneghetti, (2015, p. 15) "ser ou não ser é experiência incessante do ser homens. A vida depende, como ato constante e contínuo, de uma decisão que devemos renovar". Poderíamos dizer que essa é uma das faces da condição humana neste mundo. Não há outro responsável por nossa construção enquanto indivíduos além de nós mesmos. Também não podemos nos abster da ação, pois isso significaria a morte.

Essa é a "angústia da liberdade" da qual falavam os filósofos existencialistas e que se reflete na famosa máxima sartriana de que "o homem está *condenado*[2] a ser livre". Ele segue: "condenado porque não se criou a si próprio; no entanto, livre porque, uma vez lançado ao mundo, é responsável por tudo quanto fizer" (SARTRE, 1973, p. 15).

O aspecto de condenação deixa evidente o tom negativo da relação entre o sujeito e sua própria existência livre que foi estabelecido por algumas correntes de pensamento filosóficas. Nós, porém, argumentaremos que essa angústia só existe quando o homem se encontra desorientado. Se ele conhece a si mesmo, suas possibilidades e seus atos de autoconstrução não constituem um fardo, mas um gozo. O ato de realizar-se pode e deve ser uma alegria, não um sofrimento.

Naturalmente, todos anseiam por um sentido que diminua ou acabe com a angústia que pode advir tanto do *ter que decidir* quanto do *não saber se estamos certos* quanto às nossas decisões. A tendência dos homens é buscar esse referencial fora de si — na religião, no

[2] Grifo próprio.

Direito, nas doutrinas filosóficas, na ciência, no conjunto de valores de um grupo social, etc. Eis a verdadeira grande crise da humanidade, que, na verdade, é uma crise humana: não procuramos mais entender o que somos *pelo* que somos *função* da humanidade, para só então usar isso como critério de medida para nossas ações deliberadas, ou seja, como *critério ético*.

> Creio que o problema fundamental, hoje, no plano da pesquisa última, seja exatamente este: *refundação de um critério ético no interior do humanismo*, porque somos humanos. Atenção a este grande significado: humano. O humano é grande, é maravilhoso, é paciente, dá espaço a todos, às diversas políticas, aos diversos crentes, aos diversos deuses, às inúmeras igrejas, às diversas ciências, às diversas guerras. No fim, o denominador base qual é? Quem é o católico, o comunista, o nazista, o pigmeu, o sem-teto, o rico, o doente, o cientista? Denominador comum: *um homem*. Penso que o homem seja a fonte da qual é preciso escavar, para encontrar um critério geral, que nos dê a coragem de evoluirmos e efetuarmos a nossa crise cotidiana, para resolver todos aqueles problemas que a vida nos dá como jogo, mas que se não são resolvidos — fazem o suicídio de massa. (MENEGHETTI, 2018, p. 25-26).

Se não conhecemos verdadeiramente o que é *este* indivíduo que somos (individuação), nem sabemos o que é *ser um humano* (especificação da individuação), não há como tecermos relações proporcionais com os outros ou com a natureza. Fomos postos no mundo como humanos, portanto nossa funcionalidade só pode estar ligada a essa condição. Só a partir da compreensão desses dois polos podemos estabelecer sua correlação e estabelecer o sentido *desta existência humana* na totalidade da realidade em que ela está inserida. Caso contrário, somos como leões tentando produzir mel ou abelhas caçando antílopes — disfuncionais para nós e para o ambiente que nos cerca.

2 UMA CRISE METAFÍSICA NO ÂMBITO DA ÉTICA

Como vimos acima, dado que *é* no mundo, o problema que imediatamente se coloca à cada humano é o *agir*. Isso evidencia uma dupla dimensão do *ser-aí* (individuação): uma metafísica e outra histórica (prática). Primeiro somos enquanto realização de uma possibilidade de ser ou não-ser. Por muito tempo não fomos, a partir de um momento somos e inevitavelmente deixaremos de ser em outro momento. Neste sentido, não nos determinamos, mas somos determinados. Nós não somos a *causa* de nossa própria existência.

Aqui é importante ressaltar que tampouco nossos progenitores são *causa* de nossa existência enquanto o ente que somos. Nossos pais não são responsáveis pela condição de

possibilidade de *vi-la-ser* humano, muito menos determinam voluntariamente as características daquele ente que a vem-*ser* a partir de seu ato de cópula. Não foram eles que projetaram o humano enquanto tal. Ainda que possam escolher o ato biológico, eles são impotentes sobre sua natureza e resultado.

Portanto, há uma lógica em operação que é tanto anterior quanto posterior a qualquer individuação: a lógica da vida, posta pelo Ser em sentido absoluto (enquanto possibilidade e princípio do *vi-la-ser* de todos os entes) ao se manifestar como existência (por cada particular e também no conjunto inteiro das coisas que existem dentro unidade ordenada que chamamos *universo* ou *cosmo*).

> O sentido de estranheza que experimento por vezes com o restante diferente de mim, o sentido de prioritário sobre o diferente de mim, o sentido fundante que percebo como primário não é mais que pura percepção metafisica do meu Eu ôntico. Sou a mediação onde o absoluto se extrapõe como uma urgência de si mesmo. Sou, portanto, uma das infinitas mediações onde o absoluto imutável provoca a si. Como consequência, toda vez que me uno à minha essencial verdade, recebo uma iluminação de absoluto que me estabelece na autoafirmação do ser. *No colher a minha verdade, ilumino-me do Ser*. Enquanto escorre o meu devir, tenho sempre a possibilidade de colher a parte de verdade que me resta, não obstante, a complexidade da minha inautenticidade. Não se trata nem mesmo de uma experiência mística, mas simplesmente de um fato ao alcance de todos, de um conhecimento que faz tocar de modo instantâneo e global a certeza da autoafirmação do ser. (MENEGHETTI, 2015, p. 39)

Assim, nós somos postos em existência por uma causa que nos é extrínseca e que nos coloca no mundo da vida de um modo específico. Uma vez *encarnados*[3], precisamos fazer *história*. Quando existimos, somos chamados à ação, como essências abertas capazes de transformar a realidade através do seu agir. Enquanto somos produtos, também somos o Ser em ato, pois o Ser só se manifesta na existência. Podemos dizer que o ser nos conduz (indivíduos) e, enquanto somos feitos e depois atuamos na existência, também fazemos o Ser (globalidade da existência).

Assim, para além do problema da compreensão de nossa dimensão metafísica, temos de enfrentar um problema ético. Afinal, se a metafísica (enquanto ontologia) é a disciplina que estuda o *ser enquanto ser*[4], em seus princípios universais, a ética é a disciplina que se

[3] Quando princípio, o Ser que é absoluto, se materializa em um ser específico, matérico, de carne e osso, inserido em uma determinada coordenada de tempo e espaço.

[4] "Ora, é inegável que o objeto da metafísica seja o "ser", ou melhor, o ente enquanto ente. Pois, uma coisa é conhecer um mundo de entes sabendo vagamente que eles são algo, tendo subjacente, por assim dizer, a noção

ocupa de entender e orientar o agir humano tanto em ato quanto em princípio. Ainda que se tratem de dimensões distintas, elas são profundamente conectadas. Conforme Lima Vaz (1999, p. 27-28).

> Essa permanência da relação entre Ética e Metafísica obedece a uma injunção de ordem teórica presente ineliminavelmente no intento de justificação racional do agir ético, posto diante da necessidade de definir a *forma* e o *conteúdo* inteligíveis desse agir como *conhecimento intelectual* e *ato livre*, de *fins e de bens, de normas e de leis*, em uma palavra, de noções pensáveis adequadamente somente no campo de uma amplitude analógica de natureza metafísica.

Ou seja, realizar um estudo ético sem empreender uma investigação metafísica séria, que busque o nexo ontológico entre o Ser e o fazer de modo que nossa ação possa ser síncrona à intencionalidade de natureza[5] — portanto, funcional — é um empreendimento fadado ao fracasso, especialmente no âmbito das relações humanas com os demais e com o seu meio.

Com efeito, os sintomas desse problema são verificáveis nas crises que já mencionamos anteriormente. Completamente alheios a nós mesmos, conformamos cegamente nossa existência às coisas externas que possam nos dar uma ilusão de segurança e alívio existencial. Dizemos ilusão porque é evidente que, se esses sistemas resolvessem de fato nossos dilemas existenciais, não estaríamos presenciando as violentas crises que corroem todas as esferas de nossa vida (desde nossos núcleos familiares até o próprio Planeta Terra).

O ser humano parece estar em guerra com o mundo. Ele agride e destrói a natureza, os outros humanos e também a si mesmo. Não surpreende, portanto, que estejamos enfrentando crises ecológicas, humanitárias, bélicas, de saúde[6], etc. Seria absurdo supor que a natureza nos projetou com a função de danificar e destruir seu reino. O caos, a violência, a doença, o sofrimento são sintomas de nossa desconexão com a lógica da vida.

---

de ser como emerge da experiência quotidiana e do conhecimento científico. Outra coisa é fixar a atenção sobre a realidade do ser, considerado não sob aparência desta ou daquela forma; mas simplesmente que isso é algo, um "ens", com o intuito de identificar as suas propriedades, a sua razão fundante" (SILVA, 1994 p. 15)

[5] "O modo em que se especifica a intencionalidade [do Ser] aqui e agora; a forma que especifica, tipifica, individua e define os modos de acontecimento daquele existente." (MENEGHETTI, 2012, p. 141).

[6] Aqui também incluímos os problemas de saúde mental. Segundo a OMS, entre 2007 e 2017, os problemas de saúde mental e uso de substâncias aumentaram em 13%. Ela também estima que 20% das crianças e adolescentes do mundo sofram com algum problema dessa natureza. Além disso, estudos preliminares sobre os impactos da pandemia de COVID-19 apontam um aumento de 25,6% nos casos de ansiedade e 27,6% nos casos de depressão.

3 A CIÊNCIA MODERNA E O DECLÍNIO DA METAFÍSICA

A ascensão das ciências positivistas modernas, que transformou drasticamente o pensamento e a cultura humana, talvez tenha sido o derradeiro golpe sofrido pelas pretensões de se construir uma autêntica reflexão metafísica acerca da realidade e do próprio humano.

> Esta tradição filosófica e científica, referendada pelo positivismo, defende a tese fundamental de que só a ciência pode o conhecimento verdadeiro. Consolidada ao longo da modernidade, esta perspectiva assume que fora da ciência não existe nenhuma outra modalidade de conhecimento válido e verdadeiro. Com efeito, preocupados em exorcizar o saber de todo ranço metafísico, os cientistas modernos acabaram alicerçando a ciência numa unicidade epistêmico-metodológica, àquela do positivismo, tal como se mostrara fecunda no modelo newtoniano de conhecimento do mundo físico. (SEVERINO, 2010, p. 481).

É evidente que o rompimento com ordem opressiva e obscurantista — tanto no sentido sociopolítico quando epistemológico — que marcou o teocentrismo medieval torna compreensível, enquanto resposta histórica, que o papel da razão tenha sido tão radicalizado sobre o conhecimento acerca da realidade material dos fenômenos, em detrimento de qualquer aspecto transcendental. O abandono da razão objetiva[7] em favor da razão subjetiva[8] transformou o Esclarecimento em um mero "impulso de autopreservação que mutila a razão porque só a reclama em formas de dominação da natureza e do instinto orientada para fins, justamente como razão instrumental" (HABERMAS, 1990, p. 113).

Despido de pretensões metafísicas[9], o objetivo da investigação acerca do mundo físico deixa de ser compreendê-lo de maneira essencial e é apenas dominá-lo como ferramenta para realização dos interesses dos indivíduos que foram novamente colocados no centro do universo, lugar antes ocupado por Deus. Assim, não surpreende a constatação de Adorno e Horkheimer de que "à terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma

---

[7] "Razão não só como força da mente individual, mas também do mundo objetivo" (HORKHEIMER, 2012, p. 13)

[8] "A faculdade de classificação, inferência e dedução, não importando qual o conteúdo específico dessas ações: ou seja, o funcionamento abstrato do pensamento". (Ibid.)

[9] Vale ressaltar que esse afastamento da metafísica se verificou na ciência que predominou para o conhecimento válido sobre o mundo, mas não na Filosofia. Conforme destacam Adorno & Horkheimer (1985, p. 21), "a filosofia buscou sempre, desde Bacon, uma definição moderna de substância e qualidade, de ação e paixão, do ser e da existência, mas a ciência já podia passar sem semelhantes categorias. Essas categorias ficaram para trás como *idola theatri* da antiga metafísica e já eram, em sua época, monumentos de entidades e potências de um passado pré-histórico." Com o avanço da ciência, o conhecimento de natureza filosófica perdeu seu prestígio e teve, inclusive, sua própria validade questionada.

calamidade triunfal." É importante destacar, porém, que a ciência moderna não foi o primeiro reflexo do ímpeto de dominação do homem sobre a natureza.

Desde os primórdios da civilização humana, nós temos manipulamos as leis e fenômenos naturais com o intuito tanto de usá-los ao nosso favor quanto de nos defendermos de sua implacável força. Mesmo os mitos e rituais da antiguidade almejavam não apenas entender o mundo, mas também intervir em seus processos através da magia. "Os mitos, como os encontraram os poetas trágicos, já se encontram sob o signo daquela disciplina de poder que Bacon enaltece como o objetivo a se alcançar." (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 7)

Os efeitos desastrosos da ciência moderna com relação às outras tentativas de interferência na ordem natural resultam de uma combinação de três elementos: o reforço da relação violenta com o meio, a aumento do poder destrutivo do homem através da sofisticação da técnica[10] e o afastamento radical da única possível solução para os problemas existenciais dos homens que opera todo esse sistema. Sobre esse assunto, talvez uma das críticas mais contundentes já tecidas seja a Edmund Husserl (2012, p. 3):

> Partimos de uma inversão da apreciação geral a respeito das ciências, surgida na viragem do século passado. Esta inversão não diz respeito à sua cientificidade, mas ao que a cientificidade, ao que a ciência em geral significou e pode significar para a existência humana. A exclusividade com que, na segunda metade do século XIX, toda a visão de mundo do homem moderno se deixou determinar pelas ciências positivas, e cegar pela "*prosperity*" a elas devida, significou um virar as costas, indiferente às questões sendo as decisivas para uma humanidade genuína. Meras ciências de fatos fazem meros homens de fatos. [...] Na urgência da nossa vida — ouvimos — esta ciência nada nos tem a dizer

Não obstante, todas as críticas que possamos fazer às suas premissas, há um aspecto da ciência moderna que não pode ser questionado: sua eficiência. Em ambas tarefas às quais se propôs, ela foi bem sucedida — dominar o mundo físico e sufocar a reflexão metafísica.

Diante disso, não surpreende que a efervescência da Modernidade, uma era marcada por grandes revoluções (econômicas, políticas, sociais e culturais), tenha acabado por produzir crises e tragédias de grande escala. Afinal, um dos aspectos essenciais ao projeto moderno foi a libertação e empoderamento da figura e dos valores do *indivíduo*, em contraposição aos valores sociais.

---

[10] "Antes de nossos tempos, as interferências do homem na natureza, tal como ele próprio as via, eram essencialmente superficiais e impotentes para prejudicar um equilíbrio firmemente assentado." (JONAS, 2006, p. 32)

Como aponta Lipovetsky (2005, p. 183-184), a própria possibilidade histórica da revolução depende da atomização e desvinculação dos homens com relação às suas solidariedades tradicionais.

> A revolução e a luta das classes supõem o universo social e ideológico do individualismo; a partir daí, não há mais organização exterior à vontade dos homens, o todo coletivo, com sua supremacia que antes impedia a violência de abalar sua ordem, perde seu princípio de intangibilidade e mais nada, nem mesmo o Estado e a sociedade, escapa da ação transformadora dos homens.

Nesse sentido, era moderna produziu uma virada cultural positiva. Como afirma Meneghetti (2015, p. 166-170), o desenvolvimento social tem sua origem no coração do indivíduo. Afinal, os indivíduos são as intermediações pela qual se manifesta aquele princípio metafísico que tudo põe nesse mundo. Cada indivíduo, a partir de seu próprio projeto de natureza, deve transcrever na história a lei do todo e assim criar o "uno múltiplo" da organização.

Para conseguir criar uma sociedade funcional, o indivíduo precisa estar íntegro em seu íntimo. "Quanto mais se agiganta a organização tecnológica, tanto mais se torna agora a responsabilização existencial individual do: 'Quem eu sou?', 'O que eu quero?', 'Aonde vou?'" (Ibid., p. 170). É neste ponto que está a falha da Modernidade, pois a modalidade de conhecimento que se tornou central na construção de sua cultura não consegue formar homens capazes de tecer relações saudáveis com os demais e com seu ambiente.

> Ela [a ciência moderna] exclui de um modo inicial justamente as questões que, para os homens nos nossos desafortunados tempos, abandonados às mais fatídicas revoluções, são as questões prementes: as questões acerca do sentido ou ausência de sentido de esta existência humana. Não exigem elas, na sua universalidade e necessidade para todos os homens, um estudo universal e a sua resposta também a partir de uma intelecção racional? Tais questões dizem respeito, afinal, ao homem, como alguém que se decide livremente na sua relação com o mundo circundante humano e extra-humano, enquanto livre nas suas possibilidades de se configurar racionalmente, a si e ao seu mundo circundante. Que tem a dizer a ciência sobre a razão e a não razão, que tem ela a dizer sobre nós, homens, enquanto sujeitos desta liberdade? A mera ciência dos corpos obviamente nada. Pois, abstrai de tudo o que é subjetivo. (HUSSERL, op. cit., p. 3)

A cultura antropocêntrica clássica se organizava em torno da figura humana e se ocupava de compreender profundamente sua natureza, *de modo a* construir uma sociedade

onde a mesma pudesse ser realizada.[11] O individualismo moderno, no que lhe concerne, coloca o *indivíduo* no centro de seu universo, mas nada tem a dizer sobre esse indivíduo em termos metafísicos e existenciais.

4 A CRISE ECOLÓGICA E A QUESTÃO DA SUSTENTABILIDADE

O estudo acerca da sustentabilidade não se limita mais à dimensão ambientalista da questão, observa-se este tema sendo tratado em perspectivas educacionais, empresariais, industriais, no âmbito de entidades governamentais, não governamentais e em outras organizações sociais.

A Sustentabilidade deve ser compreendida em uma perspectiva ontológica, envolvendo todo o planeta, como um processo que reconhece a importância de cada ser, ambiente e organizações. Tendo como pressuposto, a qualificação e desenvolvimento de uma parte sem haver prejuízos à outra, mesmo que haja um processo dialético, tanto na natureza como na história (Souza, 2012).

Não surpreende, diante do contexto apresentado, que uma das maiores crises que estejamos enfrentando seja de ordem ecológica. Os avanços tecnológicos resultantes da ciência positivista moderna garantiram, por um lado, um salto de desenvolvimento econômico e industrial. Por outro, transformaram o homem na primeira espécie de ser vivo em nossa biosfera com poder suficiente para destruí-la (TOYNBEE, 1987, p. 36). Como aponta Jonas (2006, p. 21), "nada se equivale no passado ao que o homem consegue fazer no presente e se verá impulsionado a seguir fazendo, no exercício irresistível desse seu poder."

É preciso destacar, entretanto, que esse poder não é um problema por si só. A técnica, na mesma medida que aumentou a nossa capacidade destrutiva, também abriu um horizonte gigantesco para a criatividade humana. Hoje, mais do que nunca, temos a possibilidade de fazer grandes coisas — tanto em sentido negativo quanto positivo. Isso torna evidente que a raiz do problema está nos indivíduos em posse e dos quais esse poder está à

[11] "[...] a perícia política não faz apenas uso das restantes outras perícias que dizem respeito à ação, ela ainda legisla a respeito do que se deve fazer e de que coisas se têm de evitar. O fim que ela persegue envolve de tal modo os fins das restantes, ao ponto de tratar-se do *bem humano* [grifo próprio]. Porque, mesmo que haja um único bem para cada indivíduo em particular e para todos, em geral, num Estado, parece que obter e conservar o bem pertencente a um Estado é obter e conservar um bem maior e mais completo. O bem que cada um obtém e conserva para si, é suficiente para se dar a si próprio por satisfeito; mas o bem que um povo e os Estados obtêm e conservam é mais belo e mais próximo do que é divino." (ARISTÓTELES, *Eth. Nic.* I, Cap. 2, 1094b)

serviço. Se o indivíduo é saudável, seu exercício do poder será sempre favorável aos demais e ao seu entorno.

Porém, como já discutimos ao longo deste trabalho, os homens estão desconexos de si mesmos por isso, não conseguem colher de seu próprio íntimo o critério que determinará seu agir no mundo. Nos líderes sociais, isso se reflete na má condução de seus empreendimentos econômicos e políticos (não no sentido financeiro, mas quanto às suas consequências existenciais). Já na sociedade em geral, um dos reflexos mais fortes dessa condição é o nascimento da sociedade do consumo, onde o *ser* é substituído pelo *ter*.

Não sabendo mais qual é seu modo próprio de existir, mas angustiados por aquela implacável necessidade de construir sua própria existência que resulta do livre arbítrio (abordada na primeira seção deste artigo), os homens buscam preencher seu vazio interior com objetos e valores externos, tanto através do consumo desenfreado de bens quanto através da adoção de certos estilos de vida e padrões de comportamento que são socialmente validados.

É claro que existe também um aspecto sistêmico nesse processo. Apesar de já ser um resultado da desorganização interna dos indivíduos que o criaram, esse sistema depois acaba retroalimentando o problema. Conforme Soares e Souza (2018, p. 304-305):

> A sociedade de consumo é notavelmente calcada no crescimento do consumismo na sociedade para manter a circulação de capitais e garantir a geração de lucro. E Entende-se por sociedade de consumo a era contemporânea do capitalismo em que o crescimento econômico e a geração de lucro e riqueza encontram-se predominantemente pautados no crescimento da atividade comercial e, consequentemente, do consumo. Para manter esse desenvolvimento, incentiva-se o consumo de várias maneiras, principalmente a fetichização das mercadorias e o crescimento dos meios publicitários.

Gilles Lipovetsky (2005, p. 3) também trata disso ao falar dos processos de *personalização* e *sedução* operantes em nossas sociedades atuais:

> A sedução nada tem a ver com a representação falsa e a alienada das consciências; é ela que dirige o nosso mundo e o remodela de acordo com um processo sistemático de personalização cuja finalidade consiste essencialmente em multiplicar e diversificar a oferta, em oferecer mais para você poder escolher melhor, em substituir a indução uniforme pela livre escolha, a homogeneidade pela pluralidade, a austeridade pela satisfação dos desejos. A sedução remete ao nosso universo de gamas opcionais, das

> nuanças exóticas, da ambiência psicológica, musical e informativa, em que cada um tem o prazer de compor à vontade os elementos da sua existência.

Inevitavelmente, a volumosa produção industrial envolvida na criação e no atendimento de uma demanda de consumo gigantesca e incessante tem impactos direto e graves na saúde ambiental do planeta. Além disso, ainda há o problema do aumento da população global, que contribui para o aumento de demanda e nos faz avançar sobre a natureza tanto por questões habitacionais quanto por questões alimentares. Por fim, esse fenômeno cultural também acaba por criar uma certa categoria de destruição estética, que contribui para "sujar" ainda mais o interior dos homens[12].

Porém, como aponta Barbosa (2014, p. 14-18), a origem da sociedade de consumo não parece estar vinculada diretamente à Revolução Industrial, que expandiu a oferta de produtos industriais, mas sim a uma *insaciabilidade* do ser humano que começa a despontar na sociedade a partir dos processos históricos que se iniciam no século XVI e tem seu apogeu no século XVIII. Não importa por qual ângulo olhemos, sempre voltamos ao mesmo denominador comum para os problemas: o humano.

Assim, se quisermos dar respostas eficientes para a questão da sustentabilidade, entendida como "um processo mediante o qual se tenta construir uma sociedade global capaz de se perpetuar indefinidamente no tempo em condições que garantam a dignidade humana" (CRUZ & FERRER, 2015, p. 240), é premente a necessidade de resolvermos o humano em sua dimensão ética e, consequentemente, metafísica. Como alerta Boff (2016, p. 23), nossa desordem atual não está apenas prejudicando os outros seres da natureza, ela também está destruindo as condições necessárias para a subsistência de nossa espécie na Terra.

5 A DIMENSÃO METAFÍSICA E A DIMENSÃO HISTÓRICA

Antes de concluirmos este trabalho, é preciso aprofundar ainda mais as reflexões feitas na seção inicial, agora à luz dos exemplos e correlações estabelecidas ao longo de seu desenvolvimento. Primeiramente, precisamos lembrar que o ser humano possui uma dimensão

[12] O ser humano, em sua visão antropocêntrica, age e não percebe que a poluição e a destruição ecológica avançam em todas as direções: no ar, no solo, na água, nos alimentos e principalmente nele mesmo. A poluição manifesta-se em todos os sentidos, tanto auditiva, quanto visual, olfativa e do paladar. Desenvolve-se na degradação da flora, nas agressões à fauna, nas destruições das paisagens e na deterioração do perfil urbanístico. De acordo com essa visão, percebe-se que o direito a um meio ambiente equilibrado é voltado para uma visão cujo objetivo é a satisfação de um consumismo exagerado por uma sociedade que destruiu o cidadão para criar o consumidor. (PEREIRA, CALGARO & PEREIRA, 2012, p. 73)

histórica e uma metafísica, esta segunda que foi praticamente abandonada por nossa cultura atual. A dimensão histórica diz respeito ao indivíduo na sua condição de ente particular com identidade própria, ao qual costumamos nos como referir “eu” (quando falamos de nós mesmos), como “indivíduo” ou como “pessoa”.

> “Pessoa”, em vez disso, se o indivíduo singular, é uma distinção que especifica o ato da natureza, *o uno que especifica a natureza em perseidade distinta dos semelhantes*. Sob o aspecto de natureza somos todos iguais; sob o aspecto de pessoa, cada um é irrepetível, ecceico. "Pessoa" responde à pergunta "quem é?”. *É um formal que constitui ecceidade à essência ou à natureza*. E o sujeito que, único, sobestá como responsável das variáveis livres por meio das quais se atua presença ou ação. (MENEGHETTI, 2018, p. 41 – 42)

Todos os indivíduos existem no espaço e no tempo. Ou seja, ocupam algum lugar na história do mundo material. Houve pessoas que existiram antes de nós e já não existem mais. Outras existirão. Essas existências podem se dar ou ter se dado em uma tribo da Amazônia, na Alemanha, no Japão, etc. E, finalmente, nós existimos aqui e agora — bem como cada ser que já existiu, quando existiu, e os que existirão, quando existirem.

Enquanto existem, cada ser contribui para a construção da realidade em que está inserido e também tem capacidade de se projetar na história para além de sua existência. Isso fica evidente quando observamos, por exemplo, muitos dos autores citados neste trabalho, que já não estão mais presentes fisicamente no aqui-e-agora. Eles existiram e, a partir do seu agir naquele momento do tempo, influenciam o nosso agir aqui e agora.

Isso é possível porque a existência aqui-e-agora é uma manifestação contínua de uma realidade que não pode ser verificada em nenhum lugar do espaço-tempo, pois é transcendente. Ela só pode ser evidenciada a partir dos entes à qual dá causa, dos quais condições *de possibilidade*. Nós somos filho desse princípio, dessa lógica absoluta, que também é mãe de tudo o mais que existe e que nos conecta umbilicalmente ao que é, ao que foi e ao que será.

Essa é nossa dimensão metafísica, transcendente, através da qual somos *nós* e, em simultâneo, o *todo* da existência e sobre a qual falamos nas primeiras sessões.

> Todo e qualquer homem tem uma coincidência com o todo. Os efeitos das ações de um indivíduo mortal transmitem-se dinamicamente no futuro. A pequena ação de um homem tem a potencialidade do todo. Nós vemos apenas o seu início insignificante e imediatamente eliminado; deu-se ato a algo impossível de ser interceptado. Cada homem transcreve-se como marca

> mnésico dinâmica para sempre no todo em evolução. [...] A individuação histórica do Eu metafisico torna-se possível somente por meio do matérico experimental. No princípio, também o material nasce do primeiro agente. Para fazer manifestação, exige-se um dentro e um fora. No espírito, tudo é íntimo e indistinto. A palavra, a imagem é o início do primeiro fazer-se do Espírito ou Ser. (MENEGHETTI, 2015)

Tanto os homens quanto as sociedades por eles construídas são fenomenologias desse Ser no campo espaço temporal da existência, sendo a história. Como tais, para serem saudáveis, devem obedecer à sua lógica. O Espírito não coloca a realidade de forma fixa — uma vez e para sempre. Ele se atualiza na existência a cada momento, se propondo a cada instante como novidade. Enquanto suas criaturas impactam umas às outras no mundo da vida, elas criam aquele *eterno devir* identificado por Heráclito de Éfeso.

Assim, se a realidade é dinâmica e está em constante transformação, o humano precisa conseguir evidenciá-la e compreendê-la *momento a momento*. Só assim ele pode orientar corretamente seu agir no mundo. Porém, nosso hábito diante da vida é usar sempre os mesmos referenciais — os dogmas religiosos, as leis do Estado, os valores de um grupo, etc. Em muitos momentos esses princípios podem ser úteis e funcionais, mas em outros podem ser prejudiciais ou simplesmente não terem nada a nos dizer. Assim, nos enrijecemos por todos os lados e nos tornamos incapazes de fazer escorrer o *movimento* da vida.

O resultado disso só poderia ser a angústia e a esquizofrenia existencial. Nosso interior clama pelo devir, pela abertura, pela atualização. Porém, há um lado nosso que se agarra ao que está posto, seja por ignorância, por medo ou até mesmo preguiça de encarar a tarefa de fazer dialética existencial. Isso acaba, lentamente, sufocando nossa pulsão vital originária e criando indivíduos frustrados, agressivos, angustiados, etc.

Depois, inevitavelmente, isso se externa no social, pois “a sociedade forma os indivíduos, mas, de qualquer forma, é sempre o indivíduo o primeiro capilar que configura o corpo social. Para fazer qualquer arquitetura, devem estar íntegros os fatores.” (MENEGHETTI, 2018, p. 23 – 24). Não há como fazer uma boa casa com tijolos ruins. Da mesma forma, não há como construir uma boa sociedade com humanos desorientado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo procurou-se demonstrar que as crises que a humanidade enfrenta, na verdade, já são todas fenomenologias de uma causa anterior: a crise humana, que reside na

desconexão de sua dimensão histórica com sua dimensão metafísica. A partir dela, fica evidente a necessidade de estabelecermos, cada um, a partir de onde está e nas áreas onde tem alcance, uma nova forma de pedagogia social. Precisamos resgatar a reflexão metafísica das sombras nas quais a ciência e a cultura moderna a jogaram. Precisamos resgatar aquele princípio basilar que deu origem a todos os empreendimentos da filosofia ocidental: conhece-te a ti mesmo e conhecerás o universo.

Se conseguirmos evidenciar o nexo ontológico, ou seja, verificar à cada instante a congruência entre os fenômenos do mundo e a lógica do ser, poderemos nos converterem verdadeiros artífices da história. Para isso, não é necessário fazer violência contra a sociedade atual. "O homem não defende a totalidade de si mesmo revoltando se contra a institucionalidade organizada, mas capacitando-se até o ponto de assumir a direção responsável da organização." (MENEGHETTI, 2015, p. 169). Precisamos, a partir de nós mesmos, começar a construir relações diferentes com o mundo, a partir desse critério ético que é o do *humano* e de cada um *ser-humano*.

É inegável que a racionalidade é uma faculdade fantástica. O problema, no entanto, está na instrumentalização que ela sofreu. Se usada como ferramenta criativa, a razão possibilita ao ser humano produzir desde as coisas mais básicas de seu cotidiano prático até as coisas mais belas e abstratas, como a Filosofia e a Arte. Mas, se usada para fins destrutivos, ela também conseguirá produzir as maiores atrocidades.

Infelizmente, ao longo da história e de forma ainda mais grave a partir da Modernidade, nossa capacidade cognitiva elevada foi predominantemente utilizada como artifício para dominar e subjugar a natureza, com a intenção de fazê-la servir aos propósitos humanos e sem qualquer consideração acerca das implicações disso para a sua sanidade. As consequências nós já conhecemos.

Por isso, se quisermos estabelecer uma relação positiva com a natureza, partindo da compreensão de que também somos parte dela, precisamos compreender esse grande poder que possuímos como uma espécie de compromisso de responsabilidade com o desenvolvimento mútuo — nosso e do planeta.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Trad.: Guido de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

ARISTÓTELES**. Ética a Nicômaco**. Trad.: António de Castro Caeiro. São Paulo: Atlas, 2009.

BARBOSA, L. **Sociedade de consumo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é – o que não é. 4ª ed**. Petrópolis: Vozes, 2016.

CRUZ, P. M.; FERRER, G.R**. Direito, Sustentabilidade e a Premissa Tecnológica como Ampliação de seus Fundamentos**. Revista Sequência – Estudos Jurídicos e Políticos, Florianópolis, v. 36, n. 71, p. 239-278, dez 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2015v36n71p239>. Acesso em: 21 de abril de 2022.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições**. Trad.: Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes. 2000.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão**. Trad.: Sebastião Uchoa Leite. São Paulo, 2002.

HUSSERL, E. **A crise das ciências européias e a fenomenologia transcendental: uma introdução à filosofia fenomenológica.** Trad.: Diogo Falcão Ferrer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

JONAS, H. **O princípio da responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica**. Trad.: Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto e Ed. PUC-Rio, 2006.

LIPOVETSKY, G. **A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo**. Barueri: Manole, 2005.

MENEGHETTI, A; **Dicionário de Ontopsicologia**. 2ed. Recanto do Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2012.

MENEGHETTI, A; **Filosofia Ontopsicológica**. 5ed. Recanto do Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2015.

MENEGHETTI, A; **O critério ético do humano**. 2ed. Recanto do Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2018.

PEREIRA, A. O. K; CALGARO, C; PEREIRA, H. M. K**. A Sustentabilidade Ambiental e a Teoria dos Sistemas na Sociedade Transnacional**. Novos Estudos Jurídicos, Itajaí, v. 17, n. 1, p. 70-83, jan/abr 2012. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/3639/2182>. Acesso em: 20 de abril de 2022.

SEVERINO, A. J**. Questões epistemológicas da pesquisa educacional**. Revista Educação Pública, Cuiabá, v. 19, n. 41, p. 479-496, set./dez. 2010. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/repub/v19n41/v19n41a06.pdf>. Acesso em: 21 de abril de 2022.

SILVA, M. B. **Metafísica e assombro: curso de ontologia.** São Paulo: Paulus, 1994.

SOARES, Josemar**. Consciência de Si, Direito e Sociedade**. São Paulo: Intelecto, 2018.

SOUZA, M. S. A.; SOARES, J. S. **Sociedade de consumo e o consumismo: implicações existenciais na dimensão da sustentabilidade**. Revista Direito e Desenvolvimento, João Pessoa, v. 9, n. 2, p. 303-318, ago/dez, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/815>. Acesso em: 21 de abril de 2022.

TOYNBEE, Arnold. **A humanidade e a mãe-terra: uma história narrativa do mundo**. Rio de janeiro: Guanabara, 1987

VAZ, H. C. L. **Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica 1.** São Paulo: Loyola, 1999. (Coleção Filosofia)